

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# **Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

**Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações contábeis regulatórias

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 05 de março de 2026.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações

forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>16.277</b>	<b>20.757</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.823	13.232
Investimentos Temporários	5	6.649	5.935
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	851	828
Serviços em Curso		103	275
Tributos Compensáveis		773	405
Despesas Pagas Antecipadamente		2	3
Outros Ativos Circulantes		76	79
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>63.488</b>	<b>59.857</b>
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	1.156	989
Depósitos Judiciais e Cauções		76	110
Outros Ativos Não Circulantes		8.871	2.967
Imobilizado	7.1	52.942	55.347
Intangível	7.2	443	444
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>79.765</u></b>	<b><u>80.614</u></b>

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>5.460</b>	<b>7.294</b>
Fornecedores		39	76
Obrigações Sociais e Trabalhistas		279	498
Tributos		1.447	1.044
Dividendos Declarados		-	2.295
Encargos Setoriais		578	530
Provisão para Compensação Ambiental		3.090	2.827
Outros Passivos Circulantes		27	24
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>647</b>	<b>610</b>
Arrendamento Mercantil			
Encargos Setoriais		176	139
Tributos Diferidos		471	471
<b>Total do Passivo</b>		<b>6.107</b>	<b>7.904</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	9.1	74.744	74.744
Outros Resultados Abrangentes	9.3	2	2
Reserva de Lucros	9.2	14.866	13.789
Prejuízos Acumulados		(27.268)	(29.311)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		11.314	13.486
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>73.658</b>	<b>72.710</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>79.765</b>	<b>80.614</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Operações</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		23.824	23.047
(-) Parcela Variável		(43)	(19)
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(155)	(150)
Cofins		(713)	(691)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(220)	(213)
Reserva Global de Reversão - RGR		(618)	(599)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(95)	(92)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>10</b>	<b><u>21.980</u></b>	<b><u>21.283</u></b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b><u>21.980</u></b>	<b><u>21.283</u></b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	<b>11</b>	(1.439)	(2.575)
Material		(94)	(135)
Serviços de Terceiros		(547)	(443)
Arrendamento e Aluguéis		(209)	(173)
Seguros		(17)	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções		(11)	(11)
Tributos		(17)	(14)
Depreciação e Amortização		(2.688)	(2.713)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		78	321
<b>Resultado da Atividade</b>		<b><u>17.036</u></b>	<b><u>15.520</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(89)	(38)
Receitas Financeiras		8.036	1.519
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b><u>24.983</u></b>	<b><u>17.001</u></b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	<b>12</b>	(1.410)	(1.202)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b><u>23.573</u></b>	<b><u>15.799</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	23.573	15.799
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	-	
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>23.573</u>	<u>15.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Prejuízos Acumulados (*)	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			Reserva de Reavaliação	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>74.744</b>	<b>12.843</b>	<b>-</b>	<b>6.652</b>	<b>(26.182)</b>	<b>2</b>	<b>68.059</b>
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(6.652)	-	-	(6.652)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	15.799	-	15.799
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	946	-	-	(946)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(2.296)	-	(2.296)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(2.200)	-	(2.200)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	13.486	(13.486)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>74.744</b>	<b>13.789</b>	<b>-</b>	<b>13.486</b>	<b>(29.311)</b>	<b>2</b>	<b>72.710</b>
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(13.486)	-	-	(13.486)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	23.573	-	23.573
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	1.077	-	-	(1.077)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(9.139)	-	(9.139)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	11.314	(11.314)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>74.744</b>	<b>14.866</b>	<b>-</b>	<b>11.314</b>	<b>(27.268)</b>	<b>2</b>	<b>73.658</b>

(\*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do Exercício</b>	23.573	15.799
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação	2.687	2.713
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.411	1.253
Provisão para compensação ambiental	263	-
Outros	4	8
	<b>27.938</b>	<b>19.773</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Concessionárias e Permissionárias	(190)	(383)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(373)	(56)
Outros	(5.695)	(83)
	<b>(6.258)</b>	<b>(522)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos Setoriais	48	215
Fornecedores	(37)	(176)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(219)	68
Tributos	(798)	(894)
Outros	43	170
	<b>(963)</b>	<b>(617)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(205)	(177)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>20.512</b>	<b>18.457</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aplicações de investimentos curto prazo	117	78
Resgates de investimentos curto prazo	(831)	(579)
Imobilizado	(287)	(4)
Intangível	-	(3)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(1.001)</b>	<b>(508)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(24.920)	(9.591)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(24.920)</b>	<b>(9.591)</b>
<b>Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(5.409)</b>	<b>8.358</b>
<b>Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
No início do exercício	13.232	4.874
No fim do exercício	7.823	13.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica, está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

### Contrato de concessão

<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP (*)</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>Data de entrada em operação comercial</u>
007/2004	30	2034	24.632	IGP-M	out/07

(\*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

Em 03 de outubro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## 1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

### 2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## 2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1. Imobilizado e intangível

*Imobilizado em serviço:* Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

*Imobilizado em curso:* Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

*Intangível:* Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

## **VNR (Valor Novo de Reposição)**

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

## **3.2. Arrendamentos**

A LUMI avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

## **3.3. Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

### 3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

## 3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

## 3.5. Tributação

### 3.5.1. Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

#### **Contextualização**

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia estará sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre

## **Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

### **Período de Transição e Exercício de 2026**

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações regulatórias.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

### **Julgamentos, Estimativas e Incertezas**

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 3.5.2. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

## 3.5.3. Imposto de renda e contribuição social

### *Correntes*

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

## 3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

### 3.6.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

## 3.6.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Instituição / linha devedora</u>	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Saldo Total</u>	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Saldo Total</u>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>7.823</b>	<b>7.823</b>	<b>13.232</b>	<b>13.232</b>
Caixa e Bancos	56	56	163	163
Aplicações Financeiras	7.767	7.767	13.069	13.069

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 5. Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2025, a LUMI possui saldo de R\$6.649 (R\$5.935 em 31 de dezembro de 2024) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,75% e 98,46% do CDI, respectivamente.

## 6. Concessionárias e Permissionárias

### 6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes					Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer	Corrente vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	611	68	32	140	1.156	2.007	1.817
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>68</b>	<b>32</b>	<b>140</b>	<b>1.156</b>	<b>2.007</b>	<b>1.817</b>
				<b>Circulante</b>		<b>851</b>	<b>828</b>
				<b>Não Circulante</b>		<b>1.156</b>	<b>989</b>

(\*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Imobilizado e Intangível

#### 7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>91.910</b>	-	<b>(122)</b>	-	<b>(49)</b>	<b>91.739</b>	<b>(122)</b>	<b>(48.140)</b>	<b>43.599</b>	<b>46.302</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	152	-	-	-	-	152	-	(84)	68	73
Máquinas e Equipamentos	91.339	-	(1)	-	(49)	91.289	(1)	(47.944)	43.345	46.005
Veículos	394	-	(121)	-	-	273	(121)	(87)	186	224
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	-	25	-	(25)	-	-
<b>Administração</b>	<b>79</b>	-	-	<b>15</b>	-	<b>94</b>	<b>15</b>	<b>(81)</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
Máquinas e Equipamentos	79	-	-	15	-	94	15	(81)	13	2
<b>Subtotal</b>	<b>91.989</b>	-	<b>(122)</b>	<b>15</b>	<b>(49)</b>	<b>91.833</b>	<b>(107)</b>	<b>(48.221)</b>	<b>43.612</b>	<b>46.304</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>8.997</b>	<b>282</b>	<b>(5)</b>	-	<b>19</b>	<b>9.293</b>	<b>277</b>	-	<b>9.293</b>	<b>8.996</b>
Máquinas e Equipamentos	1.568	-	(1)	-	-	1.567	(1)	-	1.567	1.568
Material em depósito	3.219	19	(4)	-	19	3.253	15	-	3.253	3.218
Outros	4.210	263	-	-	-	4.473	263	-	4.473	4.210
<b>Administração</b>	<b>47</b>	<b>5</b>	-	<b>(15)</b>	-	<b>37</b>	<b>(10)</b>	-	<b>37</b>	<b>47</b>
Máquinas e Equipamentos	39	5	-	(15)	-	29	(10)	-	29	39
Outros	8	-	-	-	-	8	-	-	8	8
<b>Subtotal</b>	<b>9.044</b>	<b>287</b>	<b>(5)</b>	<b>(15)</b>	<b>19</b>	<b>9.330</b>	<b>267</b>	-	<b>9.330</b>	<b>9.043</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>101.033</b>	<b>287</b>	<b>(127)</b>	-	<b>(30)</b>	<b>101.163</b>	<b>160</b>	<b>(48.221)</b>	<b>52.942</b>	<b>55.347</b>

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>494</b>	-	-	-	<b>494</b>	-	<b>(129)</b>	<b>365</b>	<b>365</b>
Servidões	365	-	-	-	365	-	-	365	365
Softwares	129	-	-	-	129	-	(129)	-	-
<b>Administração</b>	<b>157</b>	-	-	<b>11</b>	<b>168</b>	<b>11</b>	<b>(155)</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
Softwares	115	-	-	-	115	-	(113)	2	2
Outros	42	-	-	11	53	11	(42)	11	-
<b>Subtotal</b>	<b>651</b>	-	-	<b>11</b>	<b>662</b>	<b>11</b>	<b>(284)</b>	<b>378</b>	<b>367</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>64</b>	-	-	-	<b>64</b>	-	-	<b>64</b>	<b>64</b>
Softwares	52	-	-	-	52	-	-	52	52
Outros	12	-	-	-	12	-	-	12	12
<b>Administração</b>	<b>13</b>	-	<b>(1)</b>	<b>(11)</b>	<b>1</b>	<b>(12)</b>	-	<b>1</b>	<b>13</b>
Softwares	2	-	(1)	-	1	(1)	-	1	2
Outros	11	-	-	(11)	-	(11)	-	-	11
<b>Subtotal</b>	<b>77</b>	-	<b>(1)</b>	<b>(11)</b>	<b>65</b>	<b>(12)</b>	-	<b>65</b>	<b>77</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>728</b>	-	<b>(1)</b>	-	<b>727</b>	<b>(1)</b>	<b>(284)</b>	<b>443</b>	<b>444</b>

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão		<b>91.739</b>	<b>(48.140)</b>	<b>43.599</b>	<b>46.302</b>
Custo Histórico	2,91%	91.736	(48.141)	43.595	46.295
Reavaliação	2,45%	3	1	4	7
Administração		<b>94</b>	<b>(81)</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
Custo Histórico	1,95%	94	(81)	13	2
		<b>91.833</b>	<b>(48.221)</b>	<b>43.612</b>	<b>46.304</b>
<b>Em curso</b>					
Transmissão	-	9.293	-	9.293	8.996
Administração	-	37	-	37	47
		<b>9.330</b>	<b>-</b>	<b>9.330</b>	<b>9.043</b>
		<b>101.163</b>	<b>(48.221)</b>	<b>52.942</b>	<b>55.347</b>

### 7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	5	-	5
A Ratear	-	263	263
Material em Depósito	19	-	19
<b>Total das Adições</b>	<b>24</b>	<b>263</b>	<b>287</b>

### 7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

<b>Descrição do bem</b>	<b>Valor</b>
MARCA TBE TRANSMISSORAS BRASILEIRAS DE ENERGIA	11
MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 702	9
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 3450	5
MONITOR DELL DE 21.5" SE2222H	1
	<b>26</b>

### 7.7. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Descrição do bem</b>	<b>Valor</b>
VEÍCULO - L200 TRITON GL 3,2 - 4x4 - BRANCA - PLACA: OKH1770	68
VW/GOL ESPECIAL MB - PLACA: QHS6642 - CASCO	29
MOTOR - L200 TRITON GL 3,2 - 4x4 - BRANCA - PLACA: OKH1770	17
VW/GOL ESPECIAL MB - PLACA: QHS6642 - MOTOR	8
	<b>122</b>

## 8. Provisões para Litígios

### **Perda provável:**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía processos classificados como perda "provável".

### **Perda possível:**

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como "possível".

# Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 9. Patrimônio Líquido

### 9.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$74.744, representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de Ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	<b>72.012.095</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 9.2. Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	14.866	13.789
	<b>14.866</b>	<b>13.789</b>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$14.866 (R\$13.789 em 31 de dezembro de 2024).

### 9.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$79. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$86. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 2022.

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 10. Receita Operacional Bruta e Líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>23.824</b>	<b>23.047</b>
(-) Parcela Variável	(43)	(19)
Programa de Integração Social - PIS	(155)	(150)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(713)	(691)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(220)	(213)
Reserva Global de Reversão - RGR	(618)	(599)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(95)	(92)
<b>Total</b>	<b>21.980</b>	<b>21.283</b>

#### 10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 3.481, de 15 de julho de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2025, cujo impacto tarifário para o ciclo 2025~2026 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de 7,02%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 (com data-base em 2023) e a próxima será em 1 de julho de 2029.

### 11. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Pessoal</b>	<b>1.439</b>	<b>2.575</b>
Remuneração	781	1.405
Encargos	279	491
Previdência privada	18	64
Assistência médica	69	170
Despesas rescisórias	32	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	138	225
Outros	122	220
<b>Total</b>	<b>1.439</b>	<b>2.575</b>

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	23.781	23.781	23.027	23.027
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.902	2.854	1.842	2.763
Receitas financeiras	2.195	2.195	1.519	1.519
Base de cálculo	4.098	5.049	3.361	4.282
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.000	454	816	386
Outros	(32)	(12)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>968</b>	<b>442</b>	<b>816</b>	<b>386</b>

### 13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

### 14. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.823	-	7.823	13.232	-	13.232
Investimentos temporários (*)	6.649	-	6.649	5.935	-	5.935
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	851	-	851	828	-	828
Serviços em Curso	103	-	103	275	-	275
Ativo Contratual da Concessão	-	14.009	14.009	-	13.541	13.541
Tributos Compensáveis	773	-	773	405	-	405
Despesas Pagas Antecipadamente	2	-	2	3	-	3
Outros Ativos Circulantes	76	-	76	79	-	79
<b>Ativo Não Circulante</b>						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	1.156	-	1.156	989	-	989
Depósitos Judiciais e Cauções	76	-	76	110	-	110
Ativo contratual da concessão	-	75.579	75.579	-	80.671	80.671
Outros Ativos Não Circulantes	8.871	-	8.871	2.967	-	2.967
Imobilizado	52.942	(52.870)	72	55.347	(55.259)	88
Intangível	443	(431)	12	444	(431)	13
<b>Total do Ativo</b>	<b>79.765</b>	<b>36.287</b>	<b>116.052</b>	<b>80.614</b>	<b>38.522</b>	<b>119.136</b>

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	39	-	39	76	-	76
Arrendamento Mercantil	-	24	24	-	23	23
Obrigações Sociais e Trabalhistas	279	-	279	498	-	498
Tributos	1.447	-	1.447	1.044	-	1.044
Dividendos Declarados	-	-	-	2.295	-	2.295
Encargos Setoriais	578	-	578	530	-	530
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	930	930	-	900	900
Provisão para compensação ambiental	3.090	-	3.090	2.827	-	2.827
Outros Passivos Circulantes	27	-	27	24	-	24
<b>Passivo Não Circulante</b>						
Arrendamento Mercantil	-	4	4	-	23	23
Encargos Setoriais	176	-	176	139	-	139
Tributos Diferidos	471	3.037	3.508	471	2.902	3.373
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	5.026	5.026	-	5.365	5.365
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.107</b>	<b>9.021</b>	<b>15.128</b>	<b>7.904</b>	<b>9.213</b>	<b>17.117</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	74.744	-	74.744	74.744	-	74.744
Outros Resultados Abrangentes	2	(2)	-	2	(2)	-
Reservas de Lucros	14.866	-	14.866	13.789	-	13.789
(Prejuízos) Acumulados	(27.268)	27.268	-	(29.311)	29.311	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	11.314	-	11.314	13.486	-	13.486
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>73.658</b>	<b>27.266</b>	<b>100.924</b>	<b>72.710</b>	<b>29.309</b>	<b>102.019</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>79.765</b>	<b>36.287</b>	<b>116.052</b>	<b>80.614</b>	<b>38.522</b>	<b>119.136</b>

(\*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à seguinte conta: Investimento de curto prazo e Dividendos a pagar.

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações</b>						
<b>Receita / Ingresso</b>						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	23.824	(23.824)	-	23.047	(23.047)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	9.368	9.368	-	9.058	9.058
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	9.832	9.832	-	14.469	14.469
(-) Parcela Variável	(43)	-	(43)	(19)	-	(19)
<b>Tributos</b>						
PIS-PASEP	(155)	30	(125)	(150)	(3)	(153)
COFINS	(713)	138	(575)	(691)	(14)	(705)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(220)	-	(220)	(213)	-	(213)
Reserva Global de Reversão – RGR	(618)	120	(498)	(599)	(12)	(611)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(95)	18	(77)	(92)	(2)	(94)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>21.980</b>	<b>(4.318)</b>	<b>17.662</b>	<b>21.283</b>	<b>449</b>	<b>21.732</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>21.980</b>	<b>(4.318)</b>	<b>17.662</b>	<b>21.283</b>	<b>449</b>	<b>21.732</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
Pessoal e Administradores	(1.439)	-	(1.439)	(2.575)	-	(2.575)
Material	(94)	64	(30)	(135)	(9)	(144)
Serviços de Terceiros	(547)	-	(547)	(443)	-	(443)
Arrendamento e Aluguéis	(209)	27	(182)	(173)	22	(151)
Seguros	(17)	-	(17)	(20)	-	(20)
Doações, Contribuições e Subvenções	(11)	-	(11)	(11)	-	(11)
Tributos	(17)	-	(17)	(14)	-	(14)
Depreciação e Amortização	(2.688)	2.664	(24)	(2.713)	2.688	(25)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	78	(341)	(263)	321	-	321
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>17.036</b>	<b>(1.904)</b>	<b>15.132</b>	<b>15.520</b>	<b>3.150</b>	<b>18.670</b>
<b>Resultado Financeiro</b>						
Despesas Financeiras	(89)	(4)	(93)	(38)	1	(37)
Receitas Financeiras	8.036	-	8.036	1.519	-	1.519
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>24.983</b>	<b>(1.908)</b>	<b>23.075</b>	<b>17.001</b>	<b>3.151</b>	<b>20.152</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.410)	(136)	(1.546)	(1.202)	(22)	(1.224)

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>23.573</b>	<b>(2.044)</b>	<b>21.529</b>	<b>15.799</b>	<b>3.129</b>	<b>18.928</b>
---------------------------------------	---------------	----------------	---------------	---------------	--------------	---------------

## **Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### **14.1.1. Concessionárias e permissionárias**

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### **14.1.2. Ativo contratual da concessão**

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

### 14.1.3. Custo de infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$28 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$22, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

### 14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	100.924	102.019
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(36.264)	(38.482)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	5	6
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.993	9.167
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>73.658</u></u>	<u><u>72.710</u></u>

## Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	21.529	18.928
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	2.061	(3.018)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(153)	(133)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	136	22
Lucro líquido regulatório	<u><u>23.573</u></u>	<u><u>15.799</u></u>